

.....- O Exemplo rio Arquivo Luis *mm* Aímeicía Braga

Eugénio Montoito.

O Arquivo Municipal de Sintra, na sua vertente cultural, tem pretendido ser, de uma forma declaradamente dinâmica, intemporal e integrada, uma estrutura aberta na sua identidade de guardião do insubstituível mostruário da memória patrimonial.

De igual modo, a actual organização arquivística sintrense aglutina, nos seus propósitos de preservação da memória, as diferentes acções de recolha, selecção, tratamento, conservação e difusão, independentemente da separação técnica dos seus objectivos e das suas intervenções administrativas e/ou culturais.

Assim, em concordância com esses princípios de acção, o Arquivo Municipal de Sintra recebe toda a espécie de acervos documentais, sejam eles registos provenientes da autarquia, de Instituições Públicas, Privadas e Semi-Públicas ou Especiais, balizados ou não pelas actuais fronteiras administrativas da edilidade sintrense e desvinculados de quaisquer critérios impositivos quanto a proveniências geográficas, especificidades ou temporalidades.

Ora, a intenção de trazermos a público o Instrumento de Descrição do Arquivo Privado do Dr. Luís de Almeida Braga², consubstancia-se na razão e nos procedimentos do Arquivo Municipal, atrás assinalados, pelo que a oportunidade criada com a disponibilidade do presente espólio particular, permite transformar algo, que, habitualmente, por estar identificado como passado muito recente sofre com os impedimentos impostos pela legislação que regulamenta a leitura dos acervos documentais das instituições públicas e semi-públicas, como ainda, transformar-se numa alternativa possível, identificada numa dualidade de acção, como complemento ao que já está disponível à investigação, ou como substituição de consulta de documentação semelhante, mas que, ainda, se encontra em acesso de leitura condicionado.

Contudo, sabemos que estamos perante um mundo arquivístico de difícil acesso, complexo na sua organização e de definições jurídico-administrativas muito dúbias, relativamente ao espaço de acção do interveniente. Ou seja, no primeiro caso, a desconfiança e o desconhecimento natural dos proprietários dos espólios, ou dos seus herdeiros, originada na maior parte das vezes por conjecturas que se fazem sobre a possibilidade de perda, desinteresse ou abandono dos acervos, levam a que esses detentores de um património de grande valor documental fechem as portas ao investigador e ao arquivista, provocando, necessariamente, duas situações irreparáveis, a perpetuação do desconhecimento público de informações preciosas para o estudo e o saber e, de igual modo, para o desaparecimento gradual dos testemunhos documentais por ausência de tratamento técnico condizente.

No segundo caso, a organização documental imposta por estes espólios, na maior parte das vezes já encerrados na sua produção, não pode ser efectuada através de fórmulas ou de métodos de trabalho previamente esquematizados. O Arquivo construído por cada indivíduo funciona como um mundo próprio com diferenças de propósitos e de resultados, tendo como único elemento comum com os outros arquivos, o facto de serem repositórios de valores informativos de reconhecida importância, mas que têm sido desvalorizados em relação aos arquivos institucionais de grande dimensão, muitas vezes, só pelo facto de se estar em presença de arquivos sem ordem ou método organizável por padrões reconhecidos.

Neste sentido, torna-se imperioso estudar a personagem e tentar reconstruir cronologicamente a sua actividade profissional e as suas ligações institucionais. Só então, podemos esquematizar a documentação produzida, tentando dar-lhe um arrumo lógico e coerente que represente o indivíduo nas suas duas vertentes organizacionais, a pessoal e a de ligação com o exterior.

Quanto à terceira vertente apontada - a debilidade de fronteiras entre onde termina a acção particular e começa a pública e o seu reverso -, temos de observar que, no actual caso, a documentação em presença, apesar de ser o fruto de uma actividade particular, não deixa de possuir uma índole pública originada pela própria actividade profissional do interveniente e a sua consequente ligação ao exterior. Assim sendo, é natural e lógico que uma

grande maioria dos documentos em arquivo sejam originais ou cópias institucionais e administrativas.

O presente instrumento de descrição é o exemplo de uma acção positiva daquilo que acabámos de observar e que podemos resumir, conclusivamente, como uma estreita e frutuosa colaboração entre detentores de um acervo particular e uma instituição pública da especialidade.

Por tal facto, a presente acção, permite, sem dúvida alguma, a concretização de um duplo objectivo. Por um lado, a valorização do acervo, com a feitura de instrumentos de descrição e o seu correcto acondicionamento arquivístico e, por outro lado, a valorização cultural do público com o acesso a algo que até ao momento estava inacessível.

Esta colaboração entre o Arquivo Municipal de Sintra e a família Almeida Braga identifica-se através da contribuição do primeiro, com as suas naturais aptidões de tratamento, acondicionamento e difusão documental e, do segundo, com as necessárias autorizações de estudo arquivístico e a consequente acessibilidade à documentação pela comunidade científica.

Porém, se aceitamos como lógica e obrigatória a acção do Arquivo Municipal de Sintra no criar as condições para o estudo do presente acervo documental, temos que reconhecer que a disponibilidade oferecida pelos familiares do Dr. Luís de Almeida Braga, representa, acima de tudo, o reconhecimento da própria família do papel desempenhado pelo seu antepassado na vida da comunidade e da consequente contribuição para a memória da História.

Deste modo, a especificidade deste espólio leva-nos a efectuar alguns comentários sobre o reconhecimento e o valor que a Historiografia contemporânea, neste último quartel do século XX, começa a atribuir à investigação do nosso passado mais recente, curando-se de imposições e traumas construídos pelos *calamos* e pelas ideias dos escribas, de que as abordagens de determinados assuntos, considerados demasiado vivos na memória colectiva, eram tabus e, em consequência disso mesmo, abandonando as rotulagens e as divergências interpretativas impostas pelo sabor político das distintas escolas historiográficas vigentes.

Porém, a investigação deste passado recente ainda sofre, mesmo havendo a abertura das academias e dos seus mentores, com os impedimentos impostos por muros de opiniões, valores e interesses transcritos em artigos e alíneas legislativas que regulamentam, muitas das vezes de forma incompreensível, o acesso aos acervos documentais das instituições públicas e semi-públicas.

Sabemos que a grande justificação para esses impedimentos reside no direito de privacidade e de confidencialidade de atitudes, comportamentos e opiniões havidas nesse passado recente. Contudo, consideramos que essas mesmas opiniões, comportamentos e atitudes, que são observadas por cada interveniente, individual ou colectivamente, têm uma ligação directa e uma influência própria na vida da comunidade, independentemente, das interpretações que possam ser feitas sobre o seu contributo na definição final do valor dos acontecimentos.

Ora, como também não podemos deixar de observar que as informações que registam a vida da comunidade - e, novamente reforçamos a ideia que, para além, do valor pessoal que pode ligar o documento ao seu produtor, é a dimensão factual, informativa e identificadora do espírito da época contidas nos documentos que, verdadeiramente, pesam nas razões de salvaguarda patrimonial -, mas, dizíamos nós, são estas inúmeras informações que, pelo facto de, uma forma ou doutra, contribuírem para a construção dos acontecimentos, devem ser postas em livre acesso para que os investigadores as trabalhem, as estudem e com elas produzam conhecimento.

Por outro lado, consideramos, também, que há que exigir ao investigador que a transmissão do conhecimento, como produto final, seja verdadeira, honesta e que tenha uma boa dose de bom senso. E, de igual modo, há que exigir aos arquivistas e aos responsáveis dos arquivos o rigoroso cumprimento das regras deontológicas, acatando os pedidos e as decisões dos detentores dos espólios.

Esta nossa preocupação, que se manifesta da mesma forma opinativa sobre os diferentes Arquivos, está no presente Arquivo Particular do Dr. Luís de Almeida Braga, totalmente, salvaguardada, quanto a intenções, propósitos e procedimentos. E isto, porque reconhecemos a importância do

actua! espólio, não só, pelo facto de ele ser nalgumas situações a outra alternativa de investigação possível, como ainda, por possuir no seu conjunto documentos e informações, deveras, importante para a interpretação e análise de acontecimentos e assuntos relacionados com a nossa contemporaneidade.

Assim, pretendendo o Arquivo Municipal de Sintra aplicar na prática a regra de que a principal riqueza de um acervo documental consubstancia-se nas oportunidades que oferece aos seus utilizadores, propôs aos detentores do Arquivo Privado do Dr. Luís de Almeida Braga, a entrega, em depósito, do espólio familiar. E ainda, para que esta premissa orientadora fosse verdadeira materializou-se um conjunto de procedimentos que possuíam, intrinsecamente, uma dualidade momentânea: tratar para conservar, comunicar para difundir.

A actividade das Instituições públicas e privadas detentoras dos espólios documentais têm de se espelhar nas respostas a estas observações. As razões de tais argumentos podem ser encontradas na preocupação de dar a conhecer às gerações, presentes e futuras, a sua cultura recente, para que elas, na posse do conhecimento, possam analisar e criticar o seu passado e construir o seu próprio futuro.

Sabemos que estas palavras podem ser consideradas superficialidades de retórica. No entanto, por também sabermos que continuamos a lidar com situações de inactividade, abandono e perda irreparável nestes domínios, não podemos deixar de continuar a manifestar os nossos alertas.

Ora, por sermos conhecedores da realidade arquivística, da intervenção das administrações municipais e dos esforços de instituições responsáveis a nível nacional, consideramos justificável e sem falsas modéstias que qualquer enaltecimento da presente acção do Arquivo Municipal de Sintra, tem toda a razão de ser, não só pela presente acção de salvaguarda patrimonial, como também, porque, em termos estritamente documentais e na especificidade e especialidade do acervo, julgamos que a riqueza do espólio em presença é merecedora de nomeação, já que constitui, per si, um testemunho valioso da actividade política, literária e social de um dos avultados intervenientes da sociedade contemporânea portuguesa - Luís de Almeida Braga.

Fazemos esta afirmação nominal, porque consideramos que, para além dos julgamentos ideológicos efectuados pelo Homem, com sentenças de condenação ou absolvição, em relação a atitudes, comportamentos e opiniões, a História já proporcionou a esta personagem um reconhecimento particular, a Vida deu-lhe um papel de distinção e, agora, compete ao Arquivo Municipal de Sintra dar-lhe a imortalidade patrimonial.

Por último resta-nos acrescentar que o presente trabalho só foi possível porque o Arquivo Municipal de Sintra³, teve a felicidade de encontrar por parte dos herdeiros do Dr. Luís de Almeida Braga, a consciencialização, a sensibilidade e o desejo responsável de preservar, tratar e difundir o espólio documental do seu antepassado, ou seja, de permitir a fruição cultural de um testemunho pessoal, por parte da colectividade.

Foi, de facto, salvaguardado um património cultural. Agora, só nos resta dar-lhe continuidade, aproveitando o presente trabalho naquilo que ele verdadeiramente se assume, ou seja, ser uma reflexão sistemática para a realização de outros trabalhos e de doações do mesmo género, com os mesmos propósitos e resultado de idênticas acções.

Arquivisticamente, o presente acervo documental encontra-se nas condições técnicas de um arquivo que perdeu a sua anterior organização. Ora, não sendo possível refazer totalmente o esquema organizacional existente de início, empreendemos um trabalho de classificação documental sem nos obrigarmos a ideias e a esquemas concebidos. Acabando por funcionar, como elemento determinante para a construção do esquema classificativo, o conhecimento prévio dos percursos profissionais e políticos do seu titular, a natureza da documentação encontrada e a obediência aos princípios básicos da arquivística.

A estruturação intelectual do acervo procurou, deste modo e nesta fase de apresentação, corresponder a um instrumento de descrição que identificamos como inventário, sabendo, no entanto, que em determinados momentos nos aproximámos da descrição de Catálogo. Assim, o quadro de classificação espelha o esquema de organização do arquivo criado com secções, subsecções, séries e subséries apropriadas à tipologia dos documentos.

Como afirmámos atrás, obedecemos (ou melhor, tentámos obedecer), aos princípios arquivísticos do respeito pela estrutura e o respeito pela ordem original. No primeiro caso, tentámos organizar os documentos de acordo com a estrutura funcional e de actividade do titular do arquivo e, no segundo, procurámos criar uma organização que, apesar de poder não ser semelhante àquela que teria sido dada pelo seu detentor, permite estabelecer e preservar as relações entre documentos existentes.

Esta intervenção acaba por ser a consequência natural do estado em que se encontrava o espólio e do seu acondicionamento. Tentámos manter uma coerência com os princípios arquivísticos nomeados, no entanto, a metodologia escolhida foi de adaptação flexível da técnica aos documentos e não a rigidez dogmática das definições académicas.

O estudo prévio do titular do arquivo permitiu-nos identificar documentalmente, que estávamos em presença de áreas que, apesar de estarem relacionadas entre si, podiam ser tratadas em correspondência com as diferentes esferas de intervenção política, literária, jurídica e pessoal, permitindo-nos, deste modo, construir um instrumento de descrição de fácil e rápida utilização.

Neste sentido, optámos por um esquema organizacional distribuído por seis Secções-base, a saber: Documentos de Identificação Pessoal (I), Correspondência Particular (II), Documentação Económica (III), Actividades Políticas (IV), Actividades Jurídicas (V) e Actividades Literárias (VI) , e por outras duas complementares, Documentação de Difícil Integração (VII) e Documentação de Acervos Paralelos (VIII).

Na secção de Documentação de Identificação Pessoal, apesar de reconhecermos a sua reduzida expressão documental, procurámos concentrar as séries que identificam, por excelência, os arquivos pessoais pelas suas características mais íntimas, como por exemplo, entre muitos outros, os documentos de identificação, as cadernetas médicas, os álbuns fotográficos e os diplomas académicos.

A secção de Correspondência Particular, dividida em duas subsecções específicas, Correspondência Recebida e Correspondência

Expedida (Copiador), resulta de uma opção organizacional quando nos encontramos perante um arquivo que perdeu a esquematização inicial e que consideramos estar encerrado na sua produção documental.

Entre, com. Assim, optámos por concentrar toda e qualquer correspondência num único corpo organizacional, identificando as séries com as entradas criadas e dando-lhes no seu conjunto um arrumo alfabético e, individualmente, uma ordenação cronológica crescente.

Procurámos, ainda, estabelecer os hipotéticos relacionamentos directos entre as 309 entradas personalizadas e/ou institucionais da correspondência recebida com as secções existentes nas distintas áreas. Porém, temos de reconhecer que só nos foi possível identificar um número muito reduzido de interligações.

A correspondência expedida, ou copiador (reduzida apenas a 22 entradas), apresenta o mesmo tipo de problemas organizacionais, pelo que optámos por soluções idênticas às anteriores.

A quantidade apreciável de documentos, integrados no espólio, com especificidade económico-financeira, permitiu-nos individualizar em secção própria esta terceira vertente, habitualmente identificada com as actividades particulares e íntimas dos titulares, esquematizando-a em Secção de Documentação Económica e dividida em duas subsecções de Documentação de Despesa e Documentação de Receita .

A Secção de Actividades Políticas recebeu uma atenção especial em virtude da sua dimensionalidade informativa e temporal. Aqui, procurámos estabelecer uma relação entre o percurso pessoal, no âmbito da actividade política e a cronologia dos acontecimentos históricos vividos durante o tempo em que foram produzidos os testemunhos. Assim, criámos as subsecções de Integralismo Lusitano e Acordo Dinástico, Movimento Nacional Democrático (MN.D), Campanha Eleitoral do General Norton de Matos, Candidatura Presidencial do Almirante Quintão Meireles. "Causa Monárquica". "O Caso do Capitão Joroe Faro Valadas", Informação e Intervenção Política e, por último, Candidatura Presidencial do General Humberto Delgado.

A subsecção Informação e Intervenção Política, atrás referenciada, possui uma função aglutinadora de vários assuntos/acontecimentos históricos que poderiam ter um tratamento independente, em consonância com as opções metodológicas escolhidas para a estrutura organizacional. Contudo, a sua pequena dimensão documental transformaria esta alternativa de individualização num injustificável sobrecarrego classificativo do instrumento de descrição.

Relativamente à Secção de Actividades Jurídicas, a sua criação pretende apenas ser um benefício em termos de recuperação da informação, correspondendo as três subsecções, Processo Judicial Ulisses Cortez e Documentação de Interesse Forense a uma simplificação esquemática, representativa de uma das áreas de actividade do titular e, por isso mesmo, resultante de soluções particulares na sua constituição e na sua integração no quadro geral de classificação.

A última secção-base, denominada Secção de Actividades Literárias representa todo um trabalho intelectual de cariz, essencialmente, literário produzido e/ou recolhido pelo titular. Funcionando, aqui, a separação de produção (subsecção de Textos Literários e Trabalhos Poéticos), de interesses e intervenção cultural (subsecção de Discursos. Conferências. Participações e Efemérides) e de registo temático (subsecção de Apontamentos. Notas. Cópias. Artigos e Reflexões).

Integrado no espólio encontrámos dois conjuntos de documentos distintos que pela sua tipologia não foi possível enquadrar no esquema classificativo-base. Para aqueles que apresentavam características muito heterogéneas e sem ligação entre si, optámos pela sua concentração na Secção de Documentação de Difícil Integração. Enquanto que para o segundo conjunto, identificado como documentação resultante da actividade normal de outros titulares, considerámos que apesar da sua pequena dimensão seria preferível atribuir-lhes autonomia própria, ficando, por isso mesmo, arrumados numa secção denominada Documentação de Acervos Paralelos.

Conforme afirmámos inicialmente o presente Inventário não corresponde à forma académica deste tipo de instrumento de descrição, pelo facto, de termos ultrapassados os níveis e recorrermos a algumas descrições

mais condizentes com a individualização da unidade/peça do que com apresentações de conjunto.

Importa, por isso mesmo, referir que os critérios escolhidos (apesar de toda a sua subjectividade), fundamentam-se na necessidade de identificação e de recuperação dos documentos e do seu conteúdo, sem perdermos a lembrança que estamos perante um arquivo particular, com características muito próprias e que, dimensional e especificamente, o diferenciam de todos os outros acervos conjuntos, habitualmente observados nos arquivos institucionais.

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO
— Arquivo Particular Luis e Almeida Braga

Subsecção A _____ **Documentação Pessoal**

Subsecção B _____ **Documentação Familiar**

tela Particirir

Subsecção A _____ **Correspondência Recebida**

Subsecção B _____ **Correspondência Expedida**

Subsecção A _____ **Documentos de Despesa**

Subsecção B _____ **Documentos de Receitas**

_____ **Actividades «off»cas**

Subsecção A _____ **Integralismo Lusitano e Acordo Dinástico**

Subsecção B _____ **Movimento Nacional Democrático (M.N.D.)**

Subsecção C _____ **Campanha Eleitoral do General Norton de Matos**

Subsecção P _____ **Candidatura Presidencial do Almirante Quintão Meireles**

Subsecção E _____ **"Causa Monárquica"**

Subsecção F _____ **"O Caso do Capitão Jorge Faro Valadas"**

Subsecção G _____ **. Informação e Intervenção Política**

Subsecção H _____ **Candidatura Presidencial do General Humberto Delgado**

Subsecção A _____ Processo Judicial de Henrique Galvão e Outros

Subsecção B _____ Processo Judicial Ulisses Cortez (Proc. n.º 137/1950)

Subsecção C _____ Documentação de Interesse Forense

Secção VI _____ Actividades Literárias

Subsecção A _____ Textos Literários e Trabalhos Poéticos [Escritos de Luís de Almeida Braga]

Subsecção B _____ Discursos, Conferências, Participações e Efemérides

Subsecção C _____ Apontamentos, Notas, Cópias, Artigos e Reflexões

Secção VII _____ Documentação de Difícil Integração

Secção VIII _____ Documentação «ç*of | 1 Acervo» Paralelos J

Subsecção A _____ Documentação de Luís António da Costa Braga

Subsecção B _____ Documentação de Francisco Manuel de Souza Torres e Almeida

Subsecção C _____ Documentação de Pura de Almeida Braga

Subsecção P _____ Dossier Necrológico

Subsecção E _____ Estudos Sobre o Espólio

Subsecção F _____ Processo Administrativo de Doação do Espólio

¹ Técnico Superior Assessor Principal de Arquivo da Câmara Municipal de Sintra, Responsável pelo Serviço de Arquivo e Documentação.

Luís Carlos de Lima de Almeida Braga é natural de Braga onde nasceu a 20 de Novembro de 1886, descendente de uma família minhota, tornar-se-á num causídico, conferencista, literato e jornalista de relevo da sociedade portuguesa da primeira metade do século XX.

Tendo iniciado os seus primeiros estudos no colégio dos padres da Congregação do espírito Santo, será na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a partir de 1907, que começará a fazer-se notar, ao tomar, logo de imediato, posições políticas de apoio à Causa Monárquica, dirigindo com o seu discípulo Lúcio Ângelo Casimiro, o periódico universitário, *Pátria Nova*, em oposição ao órgão dos estudantes republicanos, *A Revolta*.

A implantação da República em Portugal vem transformar o estudante universitário num opositor revolucionário que, em defesa das suas ideias, prefere romanticamente trocar a batina preta e o recolhedor choupal pela fardeta de soldado improvisado, calcorreando por caminhos Galegos os desesperos e as esperanças Couceiristas em manifestas incursões raianas na procura de uma restauração sonhada.

A derrota desse desejo impõe-lhe um exílio forçado em terras belgas, retomando aqui a actividade académica interrompida ao matricular-se, respectivamente, nas Universidades de Gand e de Bruxelas (1912 - 1914). No entanto, nem a distância nem a perspectiva de uma continuidade política contrária ao seu pensamento, por terra pátria, lhe esmorecem a aspiração de amar e servir fielmente a sua verdade e os seus anseios. Pelo que, a par do estudo das sebtentas de direito, funda com Domingos de Gusmão Araújo e Rolão Preto, companheiros do infortunado exílio, a revista *Alma Portuguesa* (1913), em Lovaina (Bélgica) onde surgirá pela primeira vez, embora sem um sentido ideológico bem definido, as ideias do regresso a um tradicionalismo literário e político, manifestadas através da expressão *Integralismo Lusitano* ("A essa corrente de protesto e esperança se chamou, por inspiração de Luís Braga - Integralismo Lusitano", Hipólito Raposo. *Dois Nacionalismos: UAction Française e o integralismo Lusitano*.- Lisboa. Livraria Ferin, 1929. p. 37).

Beneficiando de uma amnistia regressa a Portugal em 1914, trazendo na bagagem a dualidade de, por um lado, não poder esquecer os protestos sentidos contra uma República que lhe tinha mostrado, pela perda da liberdade de espírito, a dor de viver retirado da sua terra e, por outro, a vontade de transmitir as novas correntes, abertamente, realistas e de combate às instituições demo-republicanas.

Os estudos universitários em Coimbra, abandonados três anos antes, são retomados até à conclusão da sua formatura em Direito (Agosto de 1916) e, em simultâneo, surgem e ressurgem as reuniões com Alberto Monsaraz, António Sardinha, Hipólito Raposo, Mariotte e João do Amaral com o objectivo de editar uma revista de filosofia política, destinada a apresentar, defender e difundir o pensamento integralista, concretizando-se esse objectivo a 8 de Abril de 1914, com a publicação do primeiro número da *NaçSo Portuguesa* (O primeiro número saiu em 8 de Abril de 1914, tendo como colaboradores iniciais António Sardinha, Mariotte, Hipólito Raposo, João do Amaral, José Pequito Rebelo e Luís de Almeida Braga e, nos números seguintes, os nomes de Simeão Pinto de Mesquita e Xavier Cordeiro).

A doutrinação integralista teve, entre várias manifestações, uma série de conferências proferidas na Liga Naval (e posteriormente reunidas em forma de livro, com o título de "A Questão Ibérica"), por António Sardinha, Hipólito Raposo, Luís de Freitas Branco, José Pequito Rebelo, Rui Enes Ulrich, Adriano Xavier Cordeiro, Vasco de Carvalho e Luís de Almeida Braga, onde se focaram os ideários da autonomia política e da independência de um Portugal monárquico em contraposição a uma unidade peninsular.

O primeiro passo para o aparecimento de um movimento que aglutinasse as ideias e as vontades de protesto e esperança estava, efectivamente, dado. E, como nos diz Hipólito Raposo, "a fórmula integralista levantou nos arraiais monárquicos e republicanos um vivo rumor indignação, ironia, desdém, piedade, felizmente nada nos faltou. Aquilo era incompreensível e caía como uma rajada na momidão mental das esperanças restauracionistas, quando a maior oposição à República consistia em comparar os homens e os oradores de outrora aos homens e aos gritadoras de então. Dos sectores republicanos fustigava-se o Integralismo como uma manifestação maléfica da reacção negra, como uma ameaça que poderia toldar algum dia o sol da liberdade. Entre os monárquicos, a oposição era surda, mas insistente e poderosa. Ficámos desde então, até hoje, detestados pelos pares do

Reino e odiados pelos senadores da República" (Hipólito Raposo. *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa. Livraria Ferin, 1929. P. 40).

A Nação Portuguesa foi semeando opiniões, criando os alicerces e recolhendo os apoios necessários para que surgisse, em 1916, um movimento de acção política, firmemente dirigido em forma colegial pela Junta Central do Integralismo Lusitano, constituída por Xavier Cordeiro, António Sardinha, Hipólito Raposo, João do Amaral, Pequito Rebelo, Alberto Monsaraz, Rui Enes Ulrich e Luís de Almeida Braga.

O segundo passo, facilmente identificado com a intenção de alargar a esfera de influência do movimento, procurou através de novos projectos jornalísticos dar uma resposta mais eficiente aos objectivos de crítica à administração republicana e aos actos dos seus políticos. A 12 de Fevereiro de 1917, reunidas que estavam as verbas necessárias, começa a ser editado, com uma periodicidade diária, sob a direcção de Alberto Monsaraz e António Sardinha, o jornal *Monarquia*.

A morte prematura do sidonismo na estação do Rossio e o fracasso das tentativas restauracionistas de 1919 fazem com que Luís de Almeida Braga volte às reduzidas esperanças de um novo exílio, passando, novamente, o tempo de regresso a ser contado e o inconformismo da sua verdade a manifestar-se na raiva do desespero.

Em Setembro, desse mesmo ano, na companhia de José Pequito Rebelo e no papel de representante da Junta Central do Integralismo Lusitano integra a missão que conferencia, em Eastbourne e Londres, com D. Manuel II para discutir a causa monárquica e, posteriormente, com D. Miguel II, nas negociações da abdicação deste pretendente ao trono português, rio seu filho D. Duarte Nuno. A defesa intransigente dos seus ideais integralistas e a procura de resultados favoráveis para a sua causa monárquica levam-no a percorrer diversos países Europeus e da América Latina, obtendo grande receptividade nos meios nacionalistas e nos grupos de emigrantes portugueses. Em 1922, em Paris, mais uma vez é porta voz e representante do Integralismo Lusitano, participando nas reuniões de tentativa de conciliação entre os dois ramos da Casa de Bragança e, conseqüentemente, na assinatura do Pacto de Paris.

Estando, embora de forma precária, reconhecida a posição de D. Manuel e vencendo as ideias de servir em vez das razões doutrinárias, não houve, contudo, consistência e força no anular dos desentendimentos contínuos que separavam o movimento monárquico, *"impedindo-os de se unificarem como seria lógico e justo, no sentimento da mesma finalidade. Divide-os o pensamento, desune-os o intuito, separa-os a consciência do que foi e do que deve ser a futura Monarquia"* (Hipólito Raposo. *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa. Livraria Ferin, 1929. p44).

De cisão a dissidência, de auto-suspensão a alterações na composição dos seus órgãos, de oposição declarada a total aderência e integração na nova situação política de ditadura, de tudo um pouco, o Integralismo Lusitano foi participando na marcha da história. Os novos valores e as ideias do estado Novo, a par das esperanças monárquicas, resultantes do reencontro e da unidade da causa sob um único pendão, perfilhavam-se como elementos precisos para uma restauração há muito desejada.

Contudo, a compreensão de que estavam perante falsas promessas e o adiar permanente dos anseios defendidos, levam, novamente, Hipólito Raposo e Luís de Almeida Braga a lançar no meio literário nacional uma revista de estudos portugueses (entre Abril de 1932 e Março de 1934), denominada Integralismo Lusitano, com o fim de reerguer o anterior espírito de cruzada na defesa das ideias apresentadas vinte anos antes. Ambos, por excelência, serão dos poucos integralistas sobreviventes que, de uma fonia destacada, se irão opor ao Salazarismo.

Luís de Almeida Braga resistirá e lutará, quer nas barras dos tribunais plenários, quer com a manifestação do seu pensamento, contra um regime que reconhecia como única representação da mórbida misantropia de um ditador ignorante da realidade e da alma portuguesa.

Monárquico por convicção, integralista por doutrina, permanecerá fiel aos seus princípios, sonhando que o seu encantado lusitano e com a hora em que, quebradas para sempre as algemas que o atormentam e liberto do cativo em que jaz, há-de por fim reerguer-se com honra e glória, porque, simplesmente, só existe um vontade: a de fazer de Portugal uma pátria livre para homens livres.

Por fim, em forma de encerramento de um ciclo, a 8 de Abril de 1950, novamente com Hipólito Raposo, Pequito Rebelo e Alberto Monsaraz, assina o último manifesto integralista,

Testamento Espiritual da Grande Geração da Cidade Nova, fundada em Coimbra, no ano anterior.

Luís Carlos de Lima de Almeida Braga falecerá, a 2 de Março de 1970, durante uma das suas inúmeras passagens por Lisboa. Foi um Bracarense e Minhoto de nascimento que, apesar das suas partidas pelo mundo permaneceu fiel às suas origens, perpetuando, mesmo na sua ausência, uma ligação à sua terra e à sua região.

Da sua Obra Literária temos a destacar

As crónicas do exílio na Flandres, *Pão Alheio* (Coimbra. F. França Amado, 1916), *O Culto da Tradição* (Coimbra. F. França Amado, 1916); *A Lição dos Factos* (1916), conferência efectuada na Liga Naval e, posteriormente, publicada na obra colectiva denominada *A Questão Ibérica; O Mar Tenebroso* (Coimbra. F. França Amado, 1918); *O Significado Nacional da Obra de Camilo*, conferência efectuada no Rio de Janeiro em 1921; *O Sentimento Nacionalista e Integralismo Lusitano*, conferências efectuadas em São Paulo, ambas em 1921; *Ao Serviço da Terra*, palestra efectuada em Braga, em 1930; *Paixão e Graça da Terra* (Porto. Livraria Civilização, 1932¹); *Grandezas e Misérias do Bom Jesus do Monte*, conferência efectuada em Braga, em 1939; *Sob o Pendão Real* (Lisboa. Edições Gama, 1942); *Posição de António Sardinha* (Lisboa. Edições Gama, 1943); *A Revolta da Inteligência* (Lisboa. Portugália Editora, 1944); *D. João Valera e as Letras Portuguesas do seu Tempo*, conferência efectuada em Coimbra, em 1948; *Nuvens sobre o Deserto* (Lisboa. Portugália Editora, 1954); *Espada ao Sol* (Lisboa. Pensamento Político, 1969).

¹ Apráz-nos registar a preciosa colaboração de Ana Maria Gairifo e de Vítor Gomes, ambos técnicos arquivistas do Arquivo Municipal de Sintra, na elaboração deste trabalho.

